

A PROBLEMÁTICA DA HISTÓRIA NO DEBATE “MODERNIDADE *versus* PÓS-MODERNIDADE”: os impactos sobre as noções de fragmentação e globalização

SIMONE WOLFF

Docente responsável pela disciplina Informática e Sociedade do curso de Processamento de Dados do Centro de Estudos Superiores de Londrina - CESULON.

resumo

Este artigo parte da premissa de que os povos e suas culturas estão sendo incorporados num processo civilizatório totalitário e unificador o qual engendra situações extremamente conflitantes e antagônicas. Esse estado de coisas, já a algum tempo, está suscitando importantes debates teóricos os quais emergem de duas raízes epistemológicas distintas: aquela que entende o momento atual como integrante de um dado processo histórico, representado uma continuidade de algo que foi semeado nos albores da modernidade; e uma outra que o entende como uma desconexão radical com a ordem moderna, sendo impossível qualquer explicação processual sobre o mesmo visto que esse representa antes uma descontinuidade do que uma continuidade com tal status quo. Nesse ensaio pretendemos discutir algumas implicações que esse debate levanta.

Palavras-Chave: Modernidade, Pós-Modernidade, História, Globalização, Fragmentação, Materialismo-Histórico.

INTRODUÇÃO

Das inúmeras polêmicas teóricas levantadas no interior das Ciências Sociais em torno da questão da globalização, o debate “Modernidade X Pós-modernidade” é, sem dúvida, um dos mais proeminentes. E, dentre as inúmeras discussões que esse debate suscita, o questionamento da validade do entendimento de um “sentido histórico” como um princípio teórico-metodológico orientador da compreensão do real, constitui um dos - senão o principal - eixo central de críticas de ambos os lados. Num mundo onde as fronteiras estão cada vez mais apagadas e diluídas, onde o regional está sendo mais e mais envolvido e engolido pelo universal e, por conseguinte, as culturas cada vez mais difusas e homogeneizadas, o paradoxo da fragmentação e do (suposto) caos que lhe perpassa é um problema complexo e controverso, ponto chave das contendas entre modernos e pós-modernos.

Grosso modo, enquanto os últimos assinalam a falta de um nexos explicativo para os novos fenômenos em curso afirmando que, perante a imprevisibilidade dos mesmos, não faz mais sentido falar em “sentido histórico” declarando, assim, o fim

das metanarrativas; os primeiros apregoam tais acontecimentos como o acirramento de algo inerente à história da modernidade, fruto - entre outras coisas - do constante movimento de superação do espaço por meio do tempo, próprio do processo de produção do capitalismo e que Marx já vislumbrava a mais de um século atrás, reafirmando, portanto, a pertinência de uma interpretação macro para a compreensão do momento atual.

O presente ensaio pretende expor e demonstrar esse último ponto de vista como o mais apropriado para captar e apreender as transformações que estão ocorrendo hoje no mundo. Dada as limitações que um estudo de caráter ensaístico coloca e levando em conta que a maioria das discussões se concentram em torno das categorias espaço e tempo - como não poderia deixar de ser quando se trata de História -, optei por analisar a problemática proposta a partir do conceito de “compressão do espaço-tempo” desenvolvido por David Harvey. Apesar desse autor de uma certa maneira aceitar a “condição pós-moderna” vigente, a entende, antes de mais nada, como uma “condição histórica” cujas raízes encontram-se na própria modernidade e diz

respeito, sobretudo, a "(...) experiência do espaço e do tempo como vínculo mediador singularmente importante entre o dinamismo do desenvolvimento histórico-geográfico do capitalismo e complexos processos de produção cultural e transformação ideológica". (HARVEY, 1992 : 09).

Desse modo, com o intuito de melhor elucidar essa questão, iniciarei esse estudo expondo, rapidamente, o olhar teórico-metodológico pós-moderno sobre a história. Tal opção foi feita por entender que estabelecendo, ainda que de forma concisa, o contraponto da problemática apresentada, a análise procederá de forma mais fundamentada. Considerando as várias divergências e nuances conceituais existentes entre os próprios pós-modernos a esse respeito, me respaldarei em Linda Hutcheon posto que, a meu ver, essa autora consegue trabalhar o assunto genérica e sistematicamente sem, contudo, perder o rigor conceitual, tanto mais por ela mesma considerar-se uma pós-moderna.

É importante, ainda, ressaltar que de modo algum esgotarei todas as polêmicas explícitas e/ou implícitas nesse debate. Como foi colocado acima, o caráter desse estudo restringe maiores aprofundamentos. A intenção é refletir um pouco mais atenta e elaboradamente sobre um problema teórico extremamente preponderante no que concerne à questão da globalização e seus impactos sócio-culturais.

APRESENTANDO O CONTRAPONTO

Segundo Linda Hutcheon, boa parte do pensamento moderno caracteriza-se pela busca na e pela História de um respaldo fornecedor de subsídios para compreender o cenário de intensa mutação e incertezas desse período. Para a autora, esse respaldo tem muito mais a ver com um certo compromisso ético com os ideais emancipatórios iluministas do que com a complexa e nova realidade que se configura. Na ânsia de encontrar respostas e caminhos para as angústias dos homens modernos, os pensadores modernos, em geral, olhavam e olham o passado de forma a reencontrá-lo no presente; sempre procurando possíveis repetições, generalizações de fatos que pudessem vir a confirmar e corroborar com seus propósitos universalistas, fornecendo, assim, bases mais firmes para o

entendimento do turbilhão do mundo moderno (HUTCHEON, 1988 : 121).

Para essa autora, é exatamente esse o ponto crucial que diferencia o tratamento moderno da história com o pós-moderno:

"O que a escrita pós-moderna da história e da literatura nos ensinou é que a ficção e a história são discursos, que ambos constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado ('aplicações da imaginação modeladora e organizadora'). Em outras palavras, o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas que transformam esses 'acontecimentos' passados em 'fatos' históricos presentes. Isso não é um 'desonesto refúgio para escapar à verdade', mas um reconhecimento da função de produção de sentido dos construtos humanos. (...) o historicismo pós-moderno está voluntariamente livre da nostalgia". (idem, p. 122)

Ou seja, o pensamento pós-moderno trabalha com a história considerando-a como algo carregado de valores e representações simbólicas não só da época - o que dificulta sobremaneira determinar os reais sentidos das ações e relações sociais do contexto estudado, posto que impossível apreender todas as nuances simbólicas nele embutido -, mas, e principalmente, do momento presente e dos atores envolvidos nessa conjuntura. A história entendida dessa forma adquire uma conotação antes subjetiva do que objetiva, pois dependente de como os atores (por mais coletivos que sejam) e os relatores desse processo experienciam os acontecimentos passados e presentes. A história pós-moderna é, antes de mais nada, interpretativa, ou seja, visa sempre entender os motivos pelos quais certos fatos históricos foram escolhidos como relevantes em detrimento de outros.

Remeter-se ao indivíduo e enfatizar os aspectos subjetivos e mesmo psicológicos que lhes perpassam na hora da escrita histórica é o único meio de fugir de determinismos históricos os quais, via de regra, acabam por sacralizar a história relegando a um segundo plano os sujeitos que a integram. Há, assim, que se abandonar as metanarrativas históricas com suas leis gerais e universalizantes apontando uma

direção histórico-social pré-determinada e atentar para o contexto particular dessa formação histórica, isto é, compreender as representações e valores que agiram nos sujeitos influenciando em suas ações e consequentes reações perante o meio vivido, visto que é a partir daí que dadas realidades se constituem ou não.

“São as aplicações explicativas e narrativas que a historiografia dá aos acontecimentos passados que constroem aquilo que consideramos como fatos históricos. Esse é o contexto em que a compreensão histórica pós-moderna se situa: fora das associações de progresso ou desenvolvimento iluministas, do processo idealista/hegeliano da história do mundo, ou de noções marxistas essencializadas a respeito da história. (...) O passado realmente existiu. A questão é: como podemos conhecer esse passado hoje - e o que podemos conhecer a seu respeito? (...) Qual a natureza ontológica dos documentos históricos? Será que eles substituem o passado? O que se dizer - em termos ideológicos - quando se fala em nossa compreensão ‘natural’ sobre a explicação histórica?” (ibidem p. 126-127 - negritos próprios).

Percebe-se, assim, que o pensamento pós-moderno sobre a história faz questão de ressaltar o caráter ideológico dos escritos históricos. É sob esse ponto de partida, inclusive, que reside uma das principais críticas dos pós-modernos em relação à historiografia moderna a qual vêem como uma espécie de camisa-de-força dos fatos históricos, sempre procurando enquadrá-los em seus pressupostos totalizadores e teleológicos.

“(...) o teórico e o crítico estão inevitavelmente envolvidos com as ideologias e as instituições ... existe uma deliberada contaminação do histórico pelos elementos discursivos didáticos e situacionais, contestando assim pressupostos implícitos das afirmações históricas: objetividade, neutralidade, impessoalidade e transparência da representação.” (Idem, p. 125).

Nota-se, então, que o argumento de que a ideologia é algo inerente às narrativas históricas modernas é, via de regra, a base principal de argumentação de grande parte dos pensadores pós-modernos para privilegiar o discurso em detrimento da historiografia tradicional a qual, acreditam, ao impôr “(...) um sentido ao passado por meio de uma pressuposição de um final (e/ou uma origem)” não difere muito da ficção (ibidem, p. 132). A ênfase ao discurso permite, assim, que se assumam o caráter provisório, plural e multifacetado dos relatos históricos, mais condizente com a multiplicidade sócio-cultural vigente, contrariamente às metanarrativas que acabam por sobrepujar as diversidades através de sua epistemologia unificadora. Sob a ótica pós-moderna:

“O estudo das forças anônimas de dissipação substitui o estudo dos acontecimentos e das realizações ‘assinalados’, cuja coerência é dada pela narrativa retrospectiva; as contradições desalojam as totalidades; as descontinuidades, as lacunas e as rupturas são privilegiadas em oposição à continuidade, ao desenvolvimento, à evolução; o particular e o local assumem o valor antes mantido pelo universal e pelo transcendental. (...) Para a história, a teoria e a arte pós-modernas, isso significou uma nova consideração sobre o contexto, a textualidade, o poder de totalização e os modelos de história contínua” (Ibidem, p. 132 - negritos próprios)

O problema é saber como os indivíduos e suas subjetividades, múltiplas e variáveis, subsidiarão a compreensão da existência (empíricamente inegável) de relações sociais mais amplas e de como as mesmas se constituíram em uma totalidade social abrangente (cuja existência também não se pode negar), tanto que é capaz de retroagir ideologicamente, como os próprios pós-modernos (contraditoriamente) afirmam e confirmam em sua crítica à história moderna, sobre os discursos e narrativas historiográficas. A crença dos pós-modernos numa análise hermenêutica da história, que priorize e enfatize os aspectos subjetivos de quem as conta como única forma de desmitificar a história, paradoxalmente acabam por salientar a preponderância da ideologia, categoria

indubitavelmente ampla e genérica, por mais que haja nuances conceituais de interpretações em seu entendimento. Ao tentarem resolver o “despotismo e autoritarismo” da história tal como é concebida nos moldes, segundo eles, simplificadores do paradigma moderno, isto é, pela tendência, em suas explicações, de introduzir leis gerais e imutáveis na sociabilidade humana, os pós-modernos recorrem a um recurso eminentemente genérico. Baseiam, assim, seus propósitos e compromisso com o complexo no reconhecimento de uma não neutralidade científica como se isso resolvesse o problema teórico-metodológico de seus pressupostos. Como e porquê essa ideologia se constitui, parece não fazer parte das preocupações e princípios explicativos dos pós-modernos.

É claro que não se trata de menosprezar a importância da ação do sujeito, mas antes de sabê-la orientada em sua pluralidade. E essa orientação, como as próprios teóricos pós-modernos admitem, é imprimida pela ação da ideologia nos atores sociais. Ora, admitir essa influência sem se preocupar em saber sobre que bases ela é construída, sem procurar desvendar o porquê que esses valores se efetivaram, é ficar na aparência e não ir à essência, os fatos e acontecimentos históricos acabam se tornando meras descrições de como certos interesses individuais agruparam-se num dado momento e formaram uma dada realidade e não outra. **Analisa-se o efeito e não a causa, é quase como se se decretasse o fim das ciências humanas.**

Ademais, no que se refere a questão da complexidade do real - sobretudo do momento atual - o simples fato de reconhecê-la e aceitá-la epistemologicamente parece um argumento um tanto fraco, assim como justificar a prevalência do discurso e das partes como recurso metodológico importante (e único possível) diante do complexo e do inusitado carece de maiores fundamentos. Com efeito, o reconhecimento do complexo não é privilégio apenas do pensamento pós-moderno. As complexidades que se apresentam e sempre estiveram presentes no mundo moderno não descartam necessariamente o holismo metodológico, mas antes desafiam-no a encontrar e recriar conceitos, ressignificar categorias que sejam mais adequadas a essa nova realidade a qual, apesar de complexa, nem por isso é menos historicamente dada. E é justamente isso o que David Harvey faz mediante seu conceito de

“compressão do espaço-tempo” que veremos a seguir.

A GLOBALIZAÇÃO ENQUANTO A EXPRESSÃO DE UM FENÔMENO HISTÓRICO

De acordo com David Harvey, essa ruptura epistemológica em relação à história, que se insere no debate “Modernidade X Pós-modernidade”, tem a ver com o movimento de constante superação do espaço por meio do tempo, próprio da dialética das crises de circulação e consumo característica da produção capitalista e que tende a exacerbar-se de tempos em tempos ocasionando “(...) processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos” (HARVEY, 1992 : 219). É o que ele denomina de “*compressão do tempo-espaço*”, ou seja, a expansão e acirramento de um processo econômico-civilizatório - qual seja, o capitalismo - que, para manter-se e perpetuar-se, necessita de estar sempre em busca de novos mercados. As decorrentes tecnologias inventadas para agilizar tal processo proporcionam, em certos momentos, uma tal dissolução, integração e desintegração de fronteiras geográficas e históricas e um conseqüente contato entre culturas, que provoca uma sensação de que o futuro já é, que chegamos ao “fim da estrada” e não se tem mais por onde seguir. É uma fase de intensa mutação da noção espaço-temporal permeadas por verdadeiros choques culturais que estilhaçam nossa realidade ao mesmo tempo que a universaliza.

Para Harvey, ao mesmo tempo que essa dinâmica gera uma padronização de valores, paradoxalmente salienta as diversidades e desigualdades sociais, trazendo conflitos e tensões, conseqüentemente, inseguranças e confusões. A insegurança surgida dessa intensa fragmentação, que a lógica da acumulação coloca, impacta no imaginário das pessoas fazendo-as tomarem a sensação pela realidade. Como não pode deixar de ser, esse estado de coisas repercute nas artes, filosofia e ciências humanas derivando muitas reflexões que se apegam nesse momento “*sui generis*” como se fosse algo completamente inédito e, portanto, que deve ser entendido e interpretado

também de maneira inédita. Normalmente essas análises passam a privilegiar as histórias, símbolos e mitos locais na ânsia de encontrar as identidades perdidas nessa miscelânea cultural proporcionada pela globalização do capital.

Para Harvey, então, trata-se de conectar as mudanças sócio-culturais em curso às mudanças político-econômicas vigentes, isto é, apresentando essas duas esferas da estrutura social como inter-relacionadas e inter-dependentes, cada uma agindo e retroagindo sobre a outra. Aceitando a tese de Berman de que um dos princípios definidores da modernidade é uma peculiaridade na forma de vivenciar o tempo e o espaço decorrente da eterno movimento contraditório de construção/destruição característico dessa época, Harvey contudo, vai além dessa afirmação buscando conceituar mais rigorosamente tais categorias de modo a melhor apreender a influência que essa experiência confere ao atual debate “Modernidade X Pós-modernidade” (entendendo sempre essa última como estreitamente ligada ao processo de “(...) transição do fordismo para modalidades mais flexíveis de acumulação do capital através das mediações espaciais e temporais”) (idem, p. 187).

Seguindo, pois, uma perspectiva materialista histórica procurando, porém, fugir de ortodoxismos na medida em que a concebe como algo dinâmico e, enquanto tal, em constante readequação com as especificidades do momento, Harvey busca as raízes da mudança cultural e teórica em voga na flexibilização da economia, a qual “(...) teve muito que ver com a superação da rigidez do fordismo e com a aceleração do tempo de giro como solução para os graves problemas do fordismo-keynesianismo” (ibidem, p. 257), requerendo, assim, formas mais sutis e criativas de manipulação dos consumidores e agentes produtivos como garantia de manutenção do *status quo*. Entendendo que a aceleração no tempo de giro da produção impacta do mesmo modo nas demais esferas desse processo, isto é, a troca e o consumo, Harvey destaca as transformações na “arena do consumo” como o principal fator de influência “(...) nas maneiras pós-modernas de pensar, de sentir e de agir” (ibidem, p. 258).

Harvey aponta a tendência cada vez mais premente do mercado global em buscar novas estratégias de aquecimento e incrementação do consumo através da criação de novas mercadorias e necessidades também mais flexíveis, ou seja, mais independentes dos bens materiais - que encontraram

seu apogeu sob o fordismo - os quais, em função de sua durabilidade, impõem limites intransponíveis para a atual propensão do regime de acumulação e sua exigência na aceleração do tempo de giro. Assim, a saída encontrada pelos capitalistas para acelerar o ritmo do consumo foi investir e jogar no mercado produtos que tivessem tempo de vida curto e fossem de fácil adaptação, mais de acordo com o período de intensa expansão, inovação e transformação que o mercado vem sofrendo. Para tanto, a adoção dos serviços em detrimento dos bens materiais enquanto mercadoria de consumo, assim como o emprego de modismos que viessem a moldar um novo estilo de vida e, portanto, de consumo passou a ser parte fundamental das novas diretrizes político-econômicas em tempos de mercado global e acumulação flexível. Nunca, na história do capitalismo, sua característica de “criação destrutiva” e “destruição criativa” (idem, p. 26) esteve tão veemente. Nunca as obsolências foram tão necessárias e as novidades tão ágeis e rotativas.

Desse modo, Harvey coloca que essa exacerbada ênfase na **efemeridade e volatilidade** das mercadorias acaba por acentuar a “(...) sensação de que ‘tudo que é sólido desmancha no ar’” (idem, p. 258), própria do modo de ser do capitalismo, na medida em que - ao sobressair-se a instantaneidade/efemeridade e a descartabilidade/volatilidade - os valores, costumes, instituições, representações sociais etc., também tornam-se voláteis/descartáveis e efêmeros/instantâneos o que, em última instância, significa que os mesmos também passam a ter um tempo de vida curto e flexível, sofrendo drásticas e rápidas mutações. Conseqüentemente, surge uma nova cultura como resultado e suporte da atual “condição pós-moderna”, uma cultura que - via de regra - privilegia a estética, o momento, o fragmento, a quantidade em oposição à cultura de massa, qualitativa e monolítica própria da era fordista.

Como o rei Midas que transforma tudo que toca em ouro, a sociedade burguesa transforma tudo que toca em mercadoria. Assim acontece também com os valores e culturas. Não só novos valores são construídos para respaldar essa sociedade como velhos valores são destruídos e/ou absorvidos e aproveitados segundo seus interesses. Assim é que nesse novo contexto, a **imagem** transformou-se em mercadoria preponderante e mais condizente com o novo capitalismo, isto é, eminentemente volátil, flexível, rápida, adaptável e multifuncional. Serve tanto à

fluidez necessária ao novo mercado como para o estabelecimento de uma marca, de uma identidade que possibilite dados produtos (dependente do grau de criatividade que os mesmos comportam) a conquistar um espaço um pouco mais duro num mercado tão veloz e competitivo. O **simulacro**, uma variante da imagem enquanto mercadoria, também sobressai-se como elemento relevante nesse processo na medida em que revela-se extremamente eficiente em mascarar as realidades passadas e futuras vendendo uma imagem romantizada sobre as mesmas. Para Harvey o simulacro, ao poetizar os fatos históricos, encobre os conflitos e a exploração de classe anulando, assim, eventuais resistências nesse sentido e contribuindo para a padronização das subjetividades.

Dentro desse contexto, o *status* individual passa a ter uma conotação ainda mais importante do que sempre teve nessa sociedade. Por conseguinte, a venda de imagens, auto-imagens e simulacros tornam-se um grande negócio, uma verdadeira mega-indústria que “(...) organiza as manias e modas, e, assim fazendo, **produz a própria efemeridade que sempre foi fundamental para a experiência da modernidade**. Ela se torna um meio social de produção do sentido de horizontes temporais em colapso de que ela mesma, por sua vez, se alimenta tão avidamente.” (ibidem, p. 262 - negritos próprios).

Esse mutante universo, aparentemente fragmentário e caótico, saturado de imagens e bricolagens, onde o espaço perde cada vez mais o significado em meio à rapidez e exacerbamento do fluxo de informações, provoca a impressão do que Harvey chama de “perda de um sentido do futuro” (p. 263). A volatilidade e efemeridade em voga, aliada às novas tecnologias inventadas para otimizar esse processo - produzindo um cenário *high tech* -, mesclam o presente e o futuro dando a sensação de que não há nada mais que se esperar, de que já aconteceu o que tinha que acontecer. Esse fato é tanto mais agravado quando se constata que as heterogeneidades culturais, cujas raízes sempre estiveram ligadas às localidades territoriais, também são envolvidas e solapadas pela intensa competitividade que a nova forma de acumulação coloca, sendo levadas de roldão nesse turbilhão e acarretando uma homogeneização cultural generalizada e conflituosa. Quando muito as localidades e diferenças culturais sobressaem apenas para ficarem mais atraentes ao capital financeiro - também esse imagético e fictício, em conformidade

ao novo regime de acumulação - e ao novo processo produtivo, tornando-se, também, mercadorias. (ibidem, p. 266)

Desse modo, cada vez mais as pessoas procuram “descontar o futuro do presente” na tentativa de aplacar a angústia da perda de seus sonhos e projetos. Nesse ponto que a questão da continuidade X descontinuidade histórica entra no centro das discussões teóricas, filosóficas e culturais. Segundo Harvey:

“Esse é, com efeito, o tipo de ambiente em que o desconstrucionismo pode florescer. Se é impossível falar alguma coisa da solidez e da permanência em meio a este mundo efêmero e fragmentado, por que não entrar no jogo [da linguagem]? Tudo, da escritura de romances e do filosofar à experiência de trabalhar ou construir um lar, tem de enfrentar o desafio do tempo de giro em aceleração e do rápido cancelamento de valores tradicionais e historicamente adquiridos. Nessa circunstância, o contrato temporário inerente a tudo se torna, como observa Lyotard, a marca da vida pós-moderna.” (ibidem, p. 263)¹

Contudo, o que os autores pós-modernos parecem não conseguir perceber é que a fragmentação faz parte da natureza do capitalismo e, tal qual qualquer outra mercadoria, é produzida e/ou cooptada como um artifício de auxílio à manutenção de seus interesses.² O caos, a fragmentação, a desintegração são elementos não só constituintes, mas extremamente necessários no universo da modernidade visto que viabiliza o surgimento de novas e renovadas oportunidades de reconstrução, manipulação e perpetuação do sistema o qual se alimenta desse movimento de construção-destruição que lhe é próprio. Segundo Harvey esse fato constitui o “paradoxo central” inerente ao capitalismo:

“quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço³ e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras

atrativas ao capital. O resultado tem sido a produção da fragmentação da insegurança e do desenvolvimento desigual efêmero no interior de uma economia de fluxos de capital de espaço global altamente unificado. A tensão histórica dentro do capitalismo entre centralização e descentralização tem sido trabalhada agora de novas maneiras.” (ibidem, p. 267)

Dada opacidade das relações sociais capitalistas, esse processo é escamoteado e fetichizado “(...) de tal modo que oculta de maneira quase perfeita quaisquer vestígios de origem, dos processos de trabalhos que o produziram ou das relações sociais implicadas em sua produção.” (Ibidem, p. 271). Em função disso, o impacto desses fenômenos na proposições teórico-metodológicas de cunho pós-moderno tem sido uma crescente desconsideração e descrédito nas epistemologias fundadas em conceitos explicativos macros e um privilegiamento do momento e das particularidades locais por entender que a apreensão de uma totalidade é impossível e inatingível posto que o real se encontra completa e definitivamente estilhaçado.

Ainda de acordo com Harvey essa perspectiva teórica, ao desarticular tempo e espaço passa a tomar a aparência pela essência, contribuindo ainda mais para a consolidação e acirramento da fragmentação. Para ele, a consequência disso é a sobressalência da estética em detrimento da ética gerando uma apatia teórica que pode ser deveras perigosa politicamente. À medida em que sobrepuja a reflexão sobre os problemas globais substituindo-os pelos nacionais, esse tipo de pensamento corrobora e justifica o surgimento ou ressurgimento de nacionalismos extremados e reacionários que inaugura novos tipos de radicalismos e racismos e, por conseguinte, novos conflitos e antagonismos. Ou seja, a emergência do postulado pós-moderno, assim como as demais instâncias, instituições, relações sociais etc. surgidas e/ou ressignificadas no atual contexto pós-moderno é antes uma **resposta** a uma condição de “compressão do tempo-espaço” e, portanto, integrante de um processo que é **histórico** e está estreitamente vinculado às mutações político-econômicas pelas quais estamos passando nos últimos tempos:

“A intensidade da compressão do

tempo-espaço no capitalismo ocidental a partir dos anos 60, com todos os seus elementos congruentes de efemeridade e fragmentação excessivas no domínio político e privado, bem como social, parece de fato indicar um contexto experiencial que confere à condição da pós-modernidade o caráter de algo um tanto especial. Contudo, situando essa condição em seu contexto histórico, como parte de uma história de ondas sucessivas de compressão do tempo-espaço geradas pelas pressões de acumulação do capital - com seus perpétuos esforços de aniquilação do espaço por meio do tempo e de redução do tempo de giro -, podemos ao menos levá-la para o âmbito de condição acessível à análise e interpretação materialista histórica.” (ibidem, p. 276).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os seus primórdios o capitalismo se apresenta como uma matriz importante no que diz respeito a alteração de modos de ser. A constante busca de novos mercados, imprescindível para a manutenção de sua lógica, e o conseqüente intercâmbio de mercadorias que esse movimento coloca nos demonstra que o capitalismo, longe de ser somente um processo econômico, revela-se um processo civilizatório complexo e contraditório responsável por mudanças drásticas de condições de vida. O incessante dinamismo desse movimento - que, apesar de incessante nunca é homogêneo -, tende a exacerbar-se em determinadas épocas denotando momentos particularmente eletrizantes. São momentos históricos importantes e conturbados que colocam um conjunto de desafios e inquietações sociais levando os indivíduos a tratarem desses problemas sem se darem conta de seus dilemas.

Ao que tudo indica estamos vivenciando um desses momentos. Conectar as contradições, rupturas, transformações e ressignificações que estamos experimentando atualmente com esse processo dinâmico próprio do capitalismo é o grande desafio que se coloca. Entender esse momento - cuja última expressão é o globalismo - como fruto,

sobretudo, do imbricamento conflituoso de história geral e histórias particulares, como parte, portanto, de um processo maior e antigo, é o único meio de não nos perdermos num emaranhado de acontecimentos à primeira vista confusos e sem nexos e cometer equívocos teóricos politicamente perigosos em épocas de renovação de valores.

Quando voltamos nossa atenção para as inúmeras histórias presentes e abarcadas nesse processo, deparamo-nos com uma multiplicidade de fatos que repercutiram e continuam repercutindo - ainda que de outras formas - em nosso horizonte, num constante recriar. Fatos esses socialmente construídos que contribuíram e contribuem para a formação de uma conjuntura mais ampla.

Dentro desse contexto, é impossível pensarmos em estagnação, em um universo acabado e nivelado ou múltiplo e particularizado. Os homens nunca param de fazer história, isto é, nunca param de intervir no mundo, pois senão simplesmente desapareceriam. Nesse sentido, história e vida são uma única e mesma coisa já que a história nunca se dá separadamente da produção e reprodução humana, ou seja, da relação dos homens entre e si e com a natureza, substrato de sua história. Portanto, enquanto houver vida há história e, enquanto houver história há possibilidades de mudanças. Vida, tempo, espaço e história formam uma rica e fecunda equação.

Vimos que o tempo e o espaço no capitalismo também são social e historicamente construídos e, enquanto tal, possuem uma especificidade própria. O antagonismo inerente a esse determinado modo de vida tem a peculiaridade de transformar o tempo, categoria eminentemente abstrata e maleável em seu oposto, isto é, numa **coisa** que, ao ser somada com o trabalho humano gera uma terceira coisa: o lucro. Lucro esse que, ao ser apropriado por apenas uma pequena parcela da sociedade provoca uma profunda situação de desigualdade. Nesse contexto que o espaço também é construído pois conquistado para perpetuar essa lógica.

Portanto, conceber o tempo e o espaço desvinculado dessa prática social e histórica - posto que específica do capitalismo - e de todas suas implicações subsequentes, quais sejam, alienação e conflito, racionalidade e fetichismo, contradição e transformação, revolução e reação, entre outras coisas, é pensar os mesmos desvinculados de seu próprio fundamento, ou seja, a história. Essa desconexão entre tempo, espaço, produção de vida

e história, entendendo-os tão-somente como mera sistematização e otimização da lógica capitalista, atende e vem de encontro com as relações sociais características dessa estrutura social. Relações essas eminentemente dicotômicas e instáveis, pois de dominação e subordinação, de apropriação e expropriação, de manipuladores e manipulados.

Refletir o fenômeno da globalização em curso e as inovações que o mesmo coloca teórica e empiricamente é, portanto, tentar perceber como história e produção articulam-se nesse momento e detectar todas as contradições que essa inter-relação aponta, atentando sempre para a extrema fragilidade desse sistema. Um sistema que ao inovar e expandir a produção - movimento *sine qua non* para sua reprodução - cria e recria novas formas de relações sociais e, assim sendo, ao mesmo tempo que engloba as mais variadas organizações sociais, origina relações sociais preñes de especificidades difíceis de controlar; ao mesmo tempo que estende seus tentáculos em todos os territórios possíveis de se tornarem mercado, abala as antigas estruturas produtivas locais que até então se pensava completamente consolidadas, provocando distúrbios e agravando tensões; ao mesmo tempo que introduz e cria novas necessidades de consumo em seus novos e velhos mercados, incita um extrativismo sem precedentes colocando em risco seus meios de produção originários. Logo, refletir sobre o fenômeno da globalização é compreender que as partes e o todo configuram-se como algo que, embora complexo, caminham juntos e articuladamente, cheios de sentido.

O capitalismo movimenta-se em um solo arenoso e movediço, ainda que fértil e produtivo, suas constantes revoluções nada mais são que uma tentativa desesperada de enraizar-se nesse chão. Perceber que cada movimento nesse sentido inaugura uma etapa histórica integrante de um processo fecundo e vazio, construtivo e destrutivo, inovador e reacionário, universal e fragmentário, é perceber a possibilidade de fincarmos as bases para uma outra história.

NOTAS

¹ Nesse sentido que Berman afirma que "(...) a cultura moderna [também faz] parte da moderna indústria. Arte, ciências físicas, teoria social (como a do próprio Marx), tudo isso são modos de produção; a burguesia controla os meios de produção na cultura, como em tudo mais, e quem quer que pretenda criar deve operar em sua órbita de poder. ... [Os intelectuais e artistas como]

membros do proletariado ... só escreverão livros, pintarão quadros, descobrirão leis físicas ou históricas, salvarão vidas, se alguém munido de capital estiver disposto a remunerá-los. Mas ... ninguém os remunerará sem o correspondente retorno, isto é, sem que o seu trabalho não colabore de algum modo para 'incrementar o capital' ” (BERMAN, 1986 : 113-114).

² Um bom exemplo da maneira como essa fragmentação, em termos culturais, é produzida artificialmente revelando-se como parte integrante do processo civilizatório capitalista, está presente em Marx quando ele discorre sobre a teoria da moderna da colonização salientando sua tentativa de se reproduzir nas Colônias as relações capitalistas de produção como forma de neutralizar a resistência dos produtores diretos que lá havia através da dissociação dos mesmos de seus meios de produção. Isso demonstra a imposição do capitalismo às outras formas de organização social. (MARX, 1984 : 295-302)

³ Harvey estabelece uma diferença dicotômica entre espaço e lugar. Para ele, o espaço seria algo mais amplo e geral que abarcaria as localidades, essas mais ligadas ao ambiente e responsável pela diversidades culturais que o espaço integra. (p. 190-191)

MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Vol. I, Tomo 2. “*A Teoria Moderna da Colonização*”.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Textos Escolhidos. São Paulo: Edições Sociais, 1977. Vol. 3, “*Futuros resultados do domínio britânico na Índia*”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERMAN, Marshall. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar - as aventuras da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CHALHUB, Samira (org.). Pós-Modernidade &. Rio de Janeiro: Imago, 1984.

FEATHERSTONE, Mike. Cultura de Consumo e Pós-Modernismo. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

GIDDENS, Anthony. As Consequências da Modernidade. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HUTCHEON, Linda. Poética do Pós-Modernismo. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

IANNI, Octavio. A Crise de Paradigmas na Sociologia. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1990.

IANNI, Octavio. Teorias da Globalização. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995.

LYOTARD, Jean-François. O Pós-Moderno explicado às crianças. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.